

Resumo

O presente artigo, busca tratar da importância de se construir uma educação do campo e não para o campo.

Esta educação que é pensada, partindo das necessidades dos sujeitos que reside no campo. Nele fica claro que a educação do campo iniciou a partir da década de 90, com articulação dos movimentos sociais e atualmente o PRONERA.

Portanto especificando, ela é para aqueles que luta pela Reforma Agrária, e por todos direitos possíveis de uma educação justa e igual para todos/as.

PALAVRA CHAVE: Educação do campo – Construir - Igualdade

Educação do campo: uma luta essencial para se concretizar a reforma agrária

Rita Luciene M.S. dos Santos

Este trabalho vai tratar da educação do campo. Essa que surgiu a partir das necessidades das pessoas que vivem no campo. Também ela aconteceu através das articulações dos movimentos sociais e pessoas interessadas em mudar esse quadro da atual educação que temos que se diz que é para todos, no entanto percebemos que a partir dos anos 90, esse quadro educacional começa a dar sinais de mudança, pois os movimentos sociais começam a pressionar de forma mais articulada pela construção de políticas públicas para a população do campo, de sorte a garantir a universalização do ensino, bem como a construção de propostas pedagógicas que respeitassem a realidade, as formas de produzir, de lidar com a terra, de viver e conviver dos povos do campo.

Um importante aceno já dado pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394\96 e fortalecida com uma outra importante conquista recente para o conjunto das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo, no âmbito da luta por políticas públicas, que foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Esse instrumento de luta, junto as ações de diversos movimento sociais e sindicais do campo vem pressionando sua inclusão na

agenda de alguns governos municipais, estaduais e também na esfera do governo federal.

Nesta luta por transformar o campo em local de moradia e trabalho, os movimentos sociais também reivindicam a educação do campo. A educação do campo um conceito novo e em construção na última década. Trata-se de uma forma de pensar a educação aproveitando o acúmulo de práticas de luta dos trabalhadores do campo em busca pela reforma agrária. Bem como considerando a dinâmica específica que envolve o sujeito do campo. De acordo com: (CALDART, 2005, P.76).

Esta pode ser uma das características fundamentais da educação básica do campo, porque, essa é uma característica dos movimentos sociais, ser feitos por sujeitos, valorizar as pessoas, respeitar suas diversidades, seus direitos. Então, a primeira característica: Vincular a educação com os direitos e vinculando a educação com os direitos, vincular a educação com os sujeitos.

Ainda de acordo com Molina (2008, p.70).

“Há quem prefira tratar a Educação do Campo tirando o campo (e seus sujeitos concretos) da cena, possivelmente para poder tirar as contradições sociais, o sangue que a institui desde a origem. Como discorda com esta idéia, a autora considera a educação do campo precisa ser pensada, trabalhada sempre na tríade: Campo- Política- educação.

Se quisermos ajudar a construir uma Educação do Campo que seja realmente com características do campo precisamos nos identificar com ela. Para tanto, o campo é mesmo o primeiro termo da tríade. Ele não é uma idéia, o campo é real. Como há uma disputa do poder em relação à terra e a todos os bens culturais existentes, é preciso perceber que a educação hegemônica sempre teve o objetivo de ensinar o “básico” para as populações de classe popular, principalmente em se tratando do campo, porque, com os avanços tecnológicos e as implementações das máquinas agrícolas, certamente não se precisava mais da mão de obra da classe trabalhadora. Certamente que a atual educação que temos, serve somente para manter a ordem social e a modernização da agricultura dentro da idéia capitalista de agronegócio. Como o capitalismo é o sistema em que vivemos e que visa o lucro pra alguns em função da propriedade privada e da exploração dos trabalhadores, este tipo de agricultura também é baseado no lucro e exploração, sendo assim de acordo com: (PEREIRA, 2009).

Por isso, para este sistema, não serve uma educação crítica, que estimula a luta pela reforma agrária, porque ela ameaça este processo de exploração.

Sobre o tema, há que se considerar ainda que haja uma grande contradição entre a educação do campo e a educação urbana. Segundo (WHITAKER, 2002 p. 78).

A sociedade capitalista já incute o preconceito de que o urbano é melhor que o rural, porque é na cidade que se tem progresso. Assim a educação urbana merece mais qualidade que a rural. Para a autora, a escola terminou por ser uma agência urbana de controle social e que veicula a cultura urbana.

Por isso, é possível pensar que o que passa dentro de uma sala de aula urbana não tem nada a ver com a realidade da criança ou adulto do campo, embora muitos pensem que as pessoas do campo são atrasadas. Portanto a educação capitalista urbanocêntrica representa, assim, a exclusão dos camponeses. Porém a educação do campo combina com a reforma agrária, com a agricultura que respeita a natureza e visa à diversidades de culturas. Percebe-se que através da educação do campo, teremos possibilidades de um novo modelo de construção de vida, para todos aqueles que fizeram e fazem a luta para obter uma igualdade social, e a perspectiva dela é exatamente a de construir junto com os sujeitos e não para os sujeitos, para que estes se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.

Devemos ficar atentos para a leitura dos processos produtivos e dos processos culturais e formadores. O trabalho forma o indivíduo, a educação do campo busca recuperar toda essa tradição de trabalho e valorizá-lo como princípio educativo e tirar essa visão predominante de que o moderno é mais avançado. Segundo: (MOLINA, 2005, p.25).

A Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição á visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país; e reforçando a idéia de que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida, vida digna.

Sendo assim, a escola tem que estar no campo, ou o campo tem que estar na escola. A escola dos povos do campo não exclui a necessidade de que o campo e as relações sociais que nele se passam sejam fortemente problematizados no mundo escolar. Afinal, a grande maioria das escolas é municipal e estadual. Nesta discussão, cabe pergunta-se:

Como a experiência coletiva de Educação do Campo pode possibilitar outras relações educativas no mundo escolar que não está restrito ao contexto dos movimentos sociais?

Conforme a luta pela educação do campo, travada pelos movimentos sociais, esta e outras questões foram importantes para gerar a política nacional de educação do campo, por meio do Programa Nacional de educação da Reforma Agrária (PRONERA). O primeiro seminário do programa ocorreu em 2003. Considerando este tempo de existência, Santos (2008, p. 68.) entende que o.

“PRONERA vem ajudando a construir a Educação do Campo e a Educação do Campo já pode servir de espelho, ou de parâmetro, referência para as práticas do PRONERA”. É necessário ressaltar que o programa atende desde a alfabetização, até a educação superior da população assentadas, tendo muitos desafios e avanços constituídos. Entre os avanços, cito o curso de pedagogia da terra do qual participo.

Podemos dizer que a idéia de educação do campo nasce para contrapor a educação rural. Esta que esta garantida na Constituinte de 1934. Porém ela nunca foi partindo da realidade dos sujeitos. Ela sempre foi uma educação urbana, levada para o campo. Já a educação do campo, é contrária, a educação rural, pois ela nasce do campo. Ela surge a partir das necessidades dos camponeses, devidos os mesmos perceber, a desvalorização, de suas culturas, de suas origens. Dessa forma: (CALDART, 2008, p. 20), relata que:

A educação do Campo, inicia no ano de 1998, as primeiras ações do PRONERA, com cursos de alfabetizações, depois avançamos para escolarização, cursos técnicos, profissionalizantes, e chegamos aos cursos superiores. E hoje desenvolvemos a partir do PRONERA, e das articulações das diferentes parcerias dos movimentos sociais, sindicais, das universidades, das superintendências, cursos superiores, em muitas áreas dos conhecimentos: Pedagogia da Terra, Agronomia, Direito, Licenciatura em História, em Ciências Agrárias, Geografia, Artes, entre outros.

Também houve um grande avanço na área, da alfabetização de educação de jovens adultos. Ela acontece quando os sujeitos do campo percebem sua desvalorização, essa que a sociedade urbana lhe atribuiu, dizendo muitas vezes que o campo é atrasado. De acordo com, (CALDART, 2005, p. 16,).

O desafio atual é o de construir o paradigma (Contra-Hegemônico) da Educação do Campo: Produzir teorias, construir, consolidar e disseminar nossas concepções, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as idéias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação.

Portanto um dos fundamentos importantes para a construção deste projeto, como nos afirma: (CALDART, 2005, p.18).

É a compreensão de sua materialidade de origem. E este, aliás, pode ser um bom ponto de partida para clarear as concepções desde o ponto de vista de quem tem compromisso com sua raiz, sua memória. A construção deste projeto e a compreensão da sua materialidade de origem acontecem a partir das necessidades das pessoas do campo, tendo sua raiz na sua materialidade de origem e no movimento social histórico da realidade a que se refere. Essa é a base concreta para discutirmos o que é, o não é a educação do campo.

No entanto para pensar em educação do campo pensamos sempre em sua raiz, e a mesma deve ser trabalhada sempre na tríade: Campo- Política Pública- Educação. Na maioria das vezes durante esta relação tensa, entre esses termos foi que se constitui o batismo da Educação do Campo. Para que esta fique completa deve-se construir um Projeto Político Pedagógico, adequado com os interesses da classe trabalhadora, tendo este como referência a educação do campo e não mais a educação rural. Sendo que esta educação se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo. Conforme afirma (MOLINA, 2004, P.37).

Porque na educação do campo, não se trata de propor algum modelo pedagógico para as escolas do campo, mais sim de construir coletivamente algumas referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola e que permitam que ela seja obra e identidade dos sujeitos que ajuda a formar, com traços que a identifiquem com o projeto político e pedagógico da Educação do Campo.

Na primeira conferência foi reafirmado que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Também nesta conferência foram denunciados os problemas de falta de acesso e de baixa qualidade da educação pública. Neste período foi discutido proposta e experiências de resistência no campo. Outro fator importante a construção do projeto político e pedagógico este que deve ser construído partindo do diálogo. E envolvendo toda a filosofia e metodologia, que é o fio norteador que permeia este projeto. Porém este PPP deve conter a visão da escola dentro do contexto no qual ela esta inserida, cidade campo, bem como sua relação com a comunidade. É necessário que se defina a escola que temos e a que queremos. Pois a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita

organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar, Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente, nas palavras de GADOTTI:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tornado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p.579)

O Projeto Político Pedagógico tem um rumo uma direção, é uma ação intencional, com compromisso definido coletivamente. Por isso todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político, e ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporais e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. De acordo com (VEIGA, 1995, P.15).

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas proporcionar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

E ainda de acordo com a autora, o ponto que nos interessa reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade.

Na perspectiva para que o fato de que a qualidade centra-se no desafio de manejar os instrumentos adequados para fazer a história humana. A qualidade formal está relacionada com a qualidade política e esta depende da competência dos meios. Uma escola para ser de boa qualidade deve-se evitar as repetências, e a evasão escolar

dos educandos. Em síntese qualidade “implica em consciência crítica e capacidade de ação, saber fazer, e mudar” (DEMO, P.19).

Todavia em uma construção de um projeto político pedagógico, de Educação do Campo, é necessário que tenha profissionais habilitados para trabalhar com as populações do campo. De acordo com: (MOLINA, 2005).

Por isso em um projeto político pedagógico, da Educação do Campo deve incluir uma reflexão sobre qual o perfil do profissional de educação e de que precisamos e sobre como se faz esta formação. Pensar sobre como os educadores/as têm se formado nos próprios processos de construção da Educação do Campo e como isso pode ser potencializado pedagogicamente em programas e políticas de formação específicas.

Assim sendo na gestão democrática: Esse é um princípio consagrado pela constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma abertura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de reprovação e de exclusão, e da não permanência do educando na sala de aula, isso vem provocando a marginalização das classes populares. Segundo, (VEIGA, 1995, P.18).

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

No entanto na construção de um projeto político pedagógico para uma escola do campo, de acordo com: (MOLINA, 2004 P. 37), deve-se:

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vem se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva.

Portanto, a autor, (ARROYO, 2005, p.73) nos diz que:

A questão que temos de nos colocar é que escola, que concepção e prática pedagógica, que estrutura escolar dar conta do direito á educação básica. Em outros termos, devemos ter clareza, como educadores, de que pode estar acontecendo um descompasso entre o avanço da consciência dos direitos e a educação escolar.

Neste sentido quando situamos a escola no horizonte, dos direitos, temos que nos lembrar, que estes direitos representam os sujeitos que vivem no campo, que possui suas culturas, sua identidade, suas diversidades. Porém esses direitos não são abstratos. Sendo assim a escola a educação básica deve tratar o homem a mulher a criança como sujeito de direito.

Podemos afirmar que a criança já possui um conhecimento, básico de sua família, do meio a onde vive, portanto, a escola costuma ser um dos lugares para aprender a sistematizar seus conhecimentos.

Todavia a escola socializa a partir das práticas que desenvolve por meio do tipo de organização do trabalho pedagógico que seus sujeitos vivenciam, e das formas de participação que constituem seu cotidiano. Sendo assim em um projeto político pedagógico precisa-se fazer a reflexão específica sobre que outros processos de socialização estão sendo formadas, hoje as novas gerações de trabalhadores/as do campo e que traços devem ser enfatizados, para que o mesmo possa ter um bom desenvolvimento. Uma vez que é tarefa específica da escola, ajudar a construir um ideário que orienta a vida das pessoas e inclui também as ferramentas culturais de uma leitura mais precisa da realidade em que o sujeito vive. Segundo a autora, (MOLINA, 2004, P.41).

Para que a escola cumpra esta tarefa é necessário que a escolha de conteúdos de estudo e a seleção de aprendizados a serem trabalhados em cada momento não seja aleatória, mais feito dentro de uma estratégia mais ampla de formação humana. E que se busque coerência entre teoria e prática; entre o que se estuda e o ambiente cultural da escola.

Sendo assim a Educação do Campo não se trata, de propor um modelo pedagógico para as escolas do campo, mais sim de construir coletivamente, algumas referências de acordo com a população do campo. Para (MOLINA, 2004, P.40).

A Educação do Campo precisa incluir em seu projeto pedagógico uma reflexão cuidadosa e mais aprofundada sobre como acontece no cotidiano da escola os processos de socialização. Também é tarefa específica da escola ajudar a construir, um ideário que orienta a vida das pessoas para que as mesmas possam fazer uma leitura sobre a realidade de suas vidas.

Porém já na gestão escolar, partindo da idéia relação e democracia propõe ser a escola um espaço, de formação de cidadania. Este espaço tanto ocorre a inclusão – exclusão de homens e mulheres aos processos de conhecimento da educação. Ao mesmo tempo reflete as possibilidades de construção e participação coletiva.

Neste sentido devemos ter clareza de que a escola não possa ser o único espaço de luta pela democracia, mas é um espaço fundamental para aqueles que se percebem como intelectuais orgânicos a serviço das camadas populares. A escola deve ser um espaço de participação dos educandos/as, que busca construir fartos espaços de democracia por meio de um currículo que atribua significado á realidade. De acordo com (REVISTA DA ESCOLA, 2003. p.14).

Enfim a gestão democrática é aquela que garante a participação dos segmentos, por intermédio dos conselhos escolares, órgão articulados de meios que contemplam as diferentes expectativas de tais segmentos. A administração escolar precisa construir suas propostas de trabalho junto com a comunidade.

Sendo assim, não foi a pedagogia que inventou a educação do campo, mais ela se constitui partindo do diálogo realizado entre os sujeitos do campo. De acordo com: (MOLINA, 2005, P.20).

O diálogo se da entorno de uma concepção de ser humano, cuja formação é necessária para a própria implementação do projeto de campo e de sociedade que integra o projeto da Educação do Campo.

Podemos dizer então que a Educação do Campo trata-se de um diálogo, que ao mesmo tempo formaram-se suas concepções sendo esta uma reflexão pedagógica que a Educação do Campo está ajudando a construir. E ao mesmo tempo ele segue três vertentes, Segundo (ROSELI, 2005, p. 20), Neste veio teórico há pelo menos três referências prioritárias

A primeira delas é a tradição do pensamento pedagógico socialista, que pode nos ajudar a pensar a relação entre a educação e produção desde a realidade particular dos sujeitos do campo.

A segunda vertente para esta interlocução é a Pedagogia do Oprimido e toda a tradição pedagógica decorrente das experiências da educação Popular.

Já a terceira vertente pedagógica para a educação do campo vem de uma reflexão teórica mais recente, que estamos chamando de Pedagogia do Movimento.

Sendo assim, a educação do campo é um projeto que está sendo desenvolvido pelos próprios sujeitos do campo. No entanto a visão de campo da educação do campo está em construção. De acordo com: (CALDART, 2005, p.23).

A educação do campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses.

Portanto educação do campo combina com agricultura familiar, com reforma agrária tendo esta um vínculo com sua origem, com sua realidade. No entanto, para (CALDART, 2005 p. 240).

A educação do campo não precisa e nem deve ser um projeto de educação apenas dos camponeses nem apenas de quem participa de lutas sociais; mas este vínculo lhe confere um traço de identidade importante e que não pode ser perdido.

Nesta perspectiva, a educação do campo defende a superação de idéia da visão de que a educação melhor é a da cidade, ou de que o moderno é mais avançado. Segundo: (CALDART, 2005, p.24).

Existe toda outra matriz de pensamento com a qual nos identificamos, que busca construir outro olhar para esta relação: Campo e cidade vistos dentro do princípio da igualdade social e da diversidade cultural.

Sendo assim uma das coisas importantes da educação do campo é o jeito especial que ela possui contra as formas dos modelos de educação de pacotes (tanto agrícola como educacional). Concordando com: (Veiga, 2004p. 31).

É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho, no interior da escola, deverá estar calcadas nas atitudes solidária, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição á organização regida pelos princípios da divisão dos trabalhos, da fragmentação e do controle hierárquico.

É nesse movimento que se verifica o confronto de interesse no interior da escola. Por isso, todo esforço de se gerar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola. Há uma correlação de forças e nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando as construções de novas formas de relações de trabalho, com espaços aberto á reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo, a descentralização do poder. A esse respeito, (Machado apud, Veiga) assume a seguinte posição:

“O processo de luta é visto como uma forma de contrapor-se á dominação, o que pode contribuir para a articulação de práticas emancipatórias”. (1989, p.30).

Portanto, para que haja uma contraposição, em relação ao domínio da escola, é necessário, potencializar a qualidade da educação e isso exigem melhorar as condições nas quais essa aprendizagem pedagógica se produz. Sendo assim os conteúdos curriculares, devem se apoiar todos os componentes contextuais que condicionam a aprendizagem escolar, alguns deles pouco evidentes á primeira vista. De acordo com: (SACRISTÁN, 2008, p.89).

Por isso dissemos que o currículo é o projeto cultural que a escola torna possível. Não é que qualquer fator que incida no currículo deva ser considerado como um componente estrito do mesmo, mas que, ao considerá-lo como a cultura que a escola torna possível, os determinantes escolares se convertem algumas vezes em fontes de estímulos educativos diretos e, em qualquer caso, moduladores das propostas curriculares.

Para tanto em um currículo não podemos separar, conteúdos de experiências, assim afirma: (SKILBECK, apud SACRISTÁN, 1984, p.178),

Afirma que são dimensões do currículo básico as áreas do conhecimento e de experiências, os processos e os ambientes de aprendizagem, pois dessas três dimensões depende a consecução dos componentes básicos de formação que devem constituir as bases de uma educação geral extensível a todos. Os processos de aprendizagem que tenham aceitação são responsáveis diretos para lograr ou não as finalidades dos currículos.

Contudo o currículo deve ser construído de acordo com o ambiente escolar. Pois os processos de aprendizagem dependem dos fatores internos e externos da escola. Segundo: (SACRISTÁN, 2008, P.92),

Talvez para lograr mais precisão conceitual, convenha delimitar, de forma restrita o conceito de currículo para o projeto cultural da escola, mas sem esquecer o fato de que sua significação última, ao se converter em experiências para os alunos, está muito mediatizado pelas condições do ambiente escolar. O currículo como projeto prévio a sua realização, incorpora, inclusive muitos pressupostos organizativos escolares, como já assinalamos, através dos códigos de seu formato. É um objeto social e histórico não apenas porque é a expressão de necessidades sociais, mas também porque se desenvolve através de mediações sociais, e as condições escolares são uma parte importante delas.

“fazer é a melhor maneira de fazer”.

Este modelo de currículo ao qual estamos referindo aqui se trata de um modelo da atual escola urbana, já no caso de um modelo para a escola do campo, pensamos em uma construção coletiva tanto dos educandos/as como da comunidade, gestores e funcionários afinal a escola é de todos/as e para todos/as. Temos como exemplo, um modelo de uma atual escola do campo, Escola Professor Antonio Hermínio Pagôtto, localizada no assentamento Bela Vista do Chicharro, na cidade de Araraquara estado de São Paulo, no ano de 2008. . **Organização Curricular:**

Em todo o processo de organização e efetivação do currículo o/a educando/a é reconhecido/a como sujeito na construção do seu conhecimento e de sua própria história, como ser atuante e modificador de sua realidade, cidadão/ã constituído/a de direitos e deveres para com a sociedade em que se encontra.

É através de suas atitudes durante todo o processo de ensino-aprendizagem que poderá se verificar de forma concreta as modificações e a incorporação dos valores, das noções e conceitos apreendidos no dia-a-dia escolar e incorporados na vida prática de cada um.

O conhecimento é um processo humano e histórico que procura compreender e explicar as transformações do mundo, com origem na prática do homem e nos processos de transformação da natureza. Acima de tudo é a manifestação concreta do desejo de saber do ser humano. Somente ele, como ser pensante, pode ser sujeito que deseja e busca a mudança.

É de fundamental importância, com base nesses fundamentos, respeitar o processo de desenvolvimento de cada educando/a e, de forma interdisciplinar, ajudá-lo/a na construção e reconstrução do conhecimento, partindo da realidade de cada um.

Sendo a organização curricular interdisciplinar com relação aos conteúdos, esta propicia ao/a educando/a uma relação entre conhecimento e realidade. Currículo e realidade, na concepção de escola do campo se interagem intimamente. Dessa forma o/a educando/a é parte de ambos, é sujeito construtor e modificador do conhecimento e da sociedade.

O currículo de uma escola para o campo tem por objetivo, consolidar a Proposta Político Pedagógica da escola do Campo, propiciando uma ação pedagógica, onde se efetive a construção do conhecimento através de um conjunto de atividades que de maneira direta ou indireta interferira no processo de criação, produção, transmissão e assimilação deste saber num movimento interdisciplinar de avanços e recuos. (E.M.E.F. DO CAMPO “PROF. HERMÍNIO PAGÔTTO” 2008)

Referência Bibliográfica

BRASIL, LEI N° 9.394/96 **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. DF; Congresso Nacional, 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. Resolução CNE/CEB 01/2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Contribuições para a construção e um projeto de educação do campo/ Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional ‘ Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº5.

Educação do Campo: **políticas públicas- educação**/Bernardo Mançano Fernandes... [ET AL.]; organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. - Brasília: MDA, 2008 109 p.; 19 cm- (NEAD Especial; 10).

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade. Campinas**, Papirus,

MACHADO, Ilma Ferreira. Um projeto político-pedagógico para a escola do campo. Cadernos de Pesquisa Pensamento educacional. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Vol. 4, nº 8, jul-dez, 2009. UTP: Curitiba, 2009. P. 191 – 219. Disponível em [HTTP://www.utp.br/](http://www.utp.br/)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, E.M.E.F.DO CAMPO” Professor. Hermínio Pagotto”. Araraquara/SP. 2008

SACRISTÁN, Gimeneo,J. O currículo: Uma reflexão sobre a prática/ J.Gimeno Sacristán; tradução Ernani F. da F. Rosa. -3. Edição. – Porto Alegre, 2000. 352 p. 25 cm.

WHITAKER, Dulce C.A. **Sociologia Rural** Questões Metodológicas Emergentes/Dulce C. A. Whitaker. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras á Margem, 2002